

O estágio curricular enquanto ato educativo no ensino médio integrado – entre a fantasia e a possibilidade

The curricular internship as an educational act in integrated high school - between fantasy and possibility

134

Lerise Santos Zóffoli
Heron Ferreira Souza

Resumo: Este artigo é parte da dissertação de mestrado que objetiva analisar até que ponto o estágio obrigatório tem cumprido seu papel enquanto ato educativo, contribuindo com a formação humana e a práxis profissional do discente de ensino médio integrado. O local da pesquisa foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano, campus Catu. A metodologia utilizada, pautada nos pressupostos do materialismo histórico-dialético, é de caráter qualitativo, caracterizando-se como estudo de caso, compreendendo análise de leis, normas e documentos institucionais e realização de entrevistas semiestruturadas com discentes do curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio. A análise dos dados coletados foi realizada com base na Análise Temática de Conteúdo. A pesquisa demonstrou a existência de fragilidades e limitações percebidas pelos sujeitos da pesquisa na realização do estágio obrigatório, que acabam por precarizar o ato educativo do estágio.

Palavras-chave: Estágio curricular; ato educativo; ensino médio integrado.

Abstract: This article is part of the master's thesis that aims to analyze the extent to which the mandatory internship has fulfilled its role as an educational act, contributing to the human formation and professional praxis of the integrated high school student. The research site is the Federal Institute of Education, Science and Technology of Bahia – IF Baiano, Catu campus. The methodology used, based on the assumptions of historical-dialectical materialism, is of a qualitative nature, characterized as a case study, comprising analysis of laws, norms and institutional documents; and conducting semi-structured interviews with students of the Technical Course in Chemistry Integrated to High School. The analysis of the collected data was carried out based on Thematic Content Analysis. The research demonstrated the existence of weaknesses and limitations perceived by the research subjects in carrying out the mandatory internship, which end up making the educational act of the internship precarious.

Keywords: Curricular internship; educational act; integrated high school.

Introdução

Estudar as relações entre Trabalho e Educação, por meio do estágio dos discentes de ensino médio integrado, se torna fundamental atualmente. Essa necessidade se dá pela expressiva quantidade de vagas ofertadas nessa modalidade, especialmente por meio da ampliação dos Institutos Federais; bem como pela observação dos efeitos nefastos da acentuada precarização do



trabalho na fase atual do capitalismo com a acumulação flexível, a forte retomada dos ideais neoliberais nas políticas públicas e sua faceta enraizada na vida social. Também se considera a pouca literatura encontrada sobre o assunto – demonstrando como o estágio obrigatório no ensino médio integrado carece de maior investigação.

Isso posto, é importante reconhecer que há uma visão geral de que a obtenção de experiência no campo de trabalho, antes da conclusão do curso técnico, é crucial para a transição do discente para o universo produtivo real. Pouco se tem discutido como essa vivência contribui ou pode contribuir com a formação humana integral – assim como o próprio estágio, enquanto forma, conteúdo e processo, tem expressado diversamente dimensões da precarização (do trabalho ou do processo educativo).

Assim, tendo como aporte teórico autores como Antunes e Pinto (2017), Ramos (2008), Freire (2007) e Pistrak (2011), este trabalho buscou analisar até que ponto o estágio tem cumprido seu papel enquanto ato educativo, contribuindo com a formação humana e a práxis profissional do discente de ensino médio integrado à educação profissional, visto que tal prática pode, também, apresentar elementos de trabalho precário.

Alguns aspectos teóricos sobre o estágio no ensino médio integrado.

O Ensino Médio Integrado (EMI) tem como objetivo formar o ser humano nas suas múltiplas dimensões, por meio do trabalho e do acesso aos bens materiais e imateriais produzidos pela sociedade (cultura, ciência e tecnologia), de modo a instrumentalizá-lo criticamente para transformar a realidade (Ramos, 2008).

Nesse sentido, o estágio curricular supervisionado no EMI, enquanto ato educativo (Brasil, 2008), é entendido como uma prática formativa que proporciona a vivência concreta em espaços de trabalho, “desde que concebido numa lógica que situe o trabalho como centralidade da existência humana, com influência em todos os aspectos da vida, inclusive, no processo de formação identitária dos indivíduos” (Silva, 2019, p. 121).



Contudo, é importante ressaltar que a educação profissional brasileira apresenta, historicamente, características que privilegiam a ação prática e o saber fazer em detrimento da teoria (Ciavatta, 2005; Ramos, 2010).

A formação humana integral do trabalhador não é o objetivo orientador da proposta educacional do mercado, nem mesmo sob a perspectiva da produção flexível; portanto, um campo em disputa – inclusive atualmente com o EMI.

A educação ou aprendizagem flexível busca suprir as necessidades do mercado de trabalho que precisa de trabalhadores polivalentes, multifuncionais e flexíveis. Essa necessidade decorre da potencialização do acesso aos conhecimentos científicos-tecnológicos historicamente produzidos. Além disso, a formação que abrange as múltiplas dimensões do ser humano (cultural, profissional, política etc.) passaram a ser compreendidas pelos ideários do mercado como uma formação geral enxuta, contendo o básico necessário ao trabalhador (Kuenzer, 2016; Antunes; Pinto, 2017).

Com vistas ao enfrentamento da racionalidade instrumental e utilitarista ou à racionalidade flexível, a formação humana integral – assumida como pressuposto no ensino médio integrado. Esta abordagem se baseia em categorias estruturantes a ciência, tecnologia, trabalho e cultura, e tem o objetivo de superar o pragmatismo que reduz a educação à sua funcionalidade imediata e ao utilitarismo. As bases de suas ações e propostas pedagógicas a filosofia da práxis, o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico (Ramos, 2008; Pacheco, 2012).

A filosofia da práxis prega a união indissolúvel entre teoria e prática – apesar de entender que ambas possuem autonomia – por meio da prática conscientemente voltada para a transformação social da realidade, embasada e refletida na teoria.

Na práxis, a relação teoria-prática implica um constante vai e vem entre esses dois planos – prático e teórico. A atividade prática é embasada pela teoria, conformando-se a ela, enquanto a teoria pode se modificar e se adequar em função das exigências e necessidades próprias da realidade observadas durante a prática, conforme afirma Ramos:



Assim, a atividade prática implica não só à sujeição do real ao idealizado como também à modificação do ideal em face das exigências do próprio real. Isto só pode ser assegurado se a consciência se mostra ativa, ao longo de todo o processo prático, o que demonstra, ainda mais vigorosamente, a unidade entre o teórico e o prático (Ramos, 2010, p. 102).

Os pragmatistas consideram que a autenticidade do conhecimento decorre da prática, da experiência direta (Ramos, 2013). Portanto, os saberes produzidos, no contexto da prática, permitem a apreensão do saber fazer relacionado à técnica e ao trabalho, mas isso não significa capacidade de compreensão dos fenômenos, processos e da própria realidade.

Assim, observa-se que o risco de assumir uma postura voltada ao pragmatismo na formação de técnicos de nível médio integrado se configura no esvaziamento teórico e ideológico, indispensáveis à formação crítica e cidadã do futuro profissional. Isso acaba por reduzir tal formação a um simples processo de preparação para o mercado de trabalho, afastando-se da reflexão necessária para a compreensão da realidade, com vistas à transformação social.

É nesse sentido que a análise de Piñero (2007 apud Santos, 2013) sobre as relações de trabalho no Século XXI, explicitando as dimensões que caracterizam a precarização do trabalho – debilidade, inconstância, fragilização, insegurança, incerteza, instabilidade – ajudam a entender e traduzir também as expectativas dos estagiários sobre o momento do estágio e o mundo do trabalho. Essa análise também esclarece as garantias e oportunidades efetivas para a realização do estágio enquanto ato educativo escolar supervisionado ou, ainda, a potencialização do processo educativo supervisionado no ambiente real de trabalho.

Metodologia¹

Inicialmente, é necessário considerar que esta pesquisa, de caráter qualitativo, é pautada nas concepções do materialismo histórico-dialético. Assim, a presente pesquisa parte da realidade concreta e dinâmica, buscando analisar polos contraditórios de um objeto, entendê-lo em suas múltiplas

¹ A pesquisa está registrada no comitê de Ética.



relações e aspectos, revelando-o em suas dimensões sincrônica e diacrônica, buscando chegar a abstrações que permitam conhecer e entender o fenômeno em sua totalidade. O que exige uma relação dinâmica e dialética entre o singular – o que é imediato; o universal – complexidades, conexões internas e externas e historicidade do objeto; e o particular – as especificidades do objeto em uma dada realidade. Sendo assim, busca-se entender a relação singular-particular-universal que envolve o objeto estudado (Leite, 2018).

Buscando compreender a vivência do estágio curricular pelo estudante de nível médio integrado, foi realizado um estudo de caso, tendo como amostra 10 alunos do curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio, maiores de 18 anos, que realizaram seus estágios curriculares obrigatórios durante o ano de 2021 e aceitaram o convite de participar da pesquisa. A pesquisa foi realizada a partir de entrevistas semiestruturadas, que foram realizadas individualmente de forma *on-line*, através da plataforma *Google Meet*, visando à segurança de todos os envolvidos, em virtude da pandemia do novo coronavírus vigente à época.

A análise e interpretação dos dados coletados foi realizada utilizando a abordagem da Análise Temática de Conteúdo. Gomes (2012) afirma que,

Com base em Minayo (2006), podemos considerar que a interpretação consiste em relacionar as estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados presentes na mensagem. Nesse sentido, articulamos a superfície dos textos descrita e analisada com os fatores que determinam suas características. (Gomes, 2012, p. 91)

Assim, nesse tipo de análise, a atenção é voltada a identificar a informação contida para além do conteúdo manifesto, suas regularidades e sentidos – que “[...] implica a atribuição de um significado pessoal e objetivado que se concretiza na prática social [...]” (Franco, 2018, p. 13).

A pesquisa conta também com a análise da documentação legal e institucional a respeito do estágio obrigatório dos estudantes, além de entrevistas individuais que foram gravadas e transcritas para análise em dezembro de 2021.



Análise de dados e discussão dos resultados

Na primeira parte da análise, buscando aglutinar as informações para melhor visualizá-las, a partir da leitura da transcrição das entrevistas, as respostas obtidas foram sintetizadas. A síntese expressa os principais sentidos extraídos das falas dos entrevistados.

Posteriormente, procurando descortinar sentidos e significados relacionados aos objetivos da pesquisa e com o intuito de formular novos conhecimentos no campo de estudo, foi realizada uma leitura flutuante para (re)conhecer os textos e documentos, bem como das informações obtidas nas entrevistas e estruturar as primeiras impressões (Quadro 1).

Quadro 1- Leitura Flutuante – Primeiras impressões

MATERIAL UTILIZADO	ESPECIFICAÇÃO	PRIMEIRAS IMPRESSÕES
Leis e normas institucionais	<ul style="list-style-type: none">-Lei 11.788/2008 – Lei do estágio;-Projeto Político Pedagógico Institucional do IF Baiano;- Resolução CNE/CEB nº 1, de 21 de janeiro de 2004- Diretrizes para realização de Estágio na EPTNM.-Regulamento do Estágio Curricular da Educação Profissional Técnica de Nível Médio-Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021 – Diretrizes da EPTNM;-Resolução 90/2020 –OS – CONSUP – IFBAIANO;-Projeto Político Pedagógico do Curso Técnico em Química Integrado ao ensino Médio;	Traz um campo de idealizações a respeito do estágio, norteadas por conceitos de extrema relevância para a educação profissional, tais como ato educativo, práxis, educação integral; visa estruturar o estágio buscando a formação humana integral do estudante.
Transcrição das entrevistas	Roteiro da entrevista.	A realidade encontrada difere em grande parte das expectativas dos estudantes, inclusive aquelas fomentadas pelas leis e normas analisadas. Presença da contradição entre ato educativo e trabalho precário nos estágios dos alunos.
Transcrição das entrevistas	Roteiro da entrevista.	Capacidade inventiva que os sujeitos têm de driblar desafios, compreender as contradições e reconhecer limitações, extraíndo conhecimento das vivências realizadas diante das

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Assim, utilizou-se a análise temática de conteúdo em que foi feita a decomposição do conjunto da mensagem por meio da unidade de registro (palavras, frases, orações), compreendendo o contexto em que se situa a mensagem analisada, e a definição dos núcleos de sentido – os tópicos foram agrupados por elementos ou aspectos com características em comum ou que guardam relação entre si. A partir de então, foram elaboradas três categorias temáticas de análise relativas ao conjunto do material pesquisado, a saber:

[a] Categoria 1 – Estágio: Fantasia Organizada²;

[b] Categoria 2 – Estágio: Fantasia Desfeita³; e

[c] Categoria 3 – Possibilidades construídas no âmbito do estágio.

A palavra *fantasia* ganha destaque nas duas primeiras categorias. Sabe-se que fantasia é sinônimo de imaginação, criação, conjectura, “faz-de-conta”. Assim, a fantasia organizada aqui posta refere-se a como o estágio é visto em termos formais – considerando seu movimento histórico – e como ele deveria ser (no âmbito da política pública como garantia de direitos). E a fantasia desfeita refere-se a como ele é vivido dentro dessa perspectiva das contradições entre o concebido e o possível, principalmente devido à dificuldade das empresas/organizações em assumir o estágio como ato educativo. Portanto, a fantasia organizada relaciona-se àquilo que o estágio obrigatório aparenta e deveria ser; e a fantasia desfeita, àquilo que ele não é.

Estágio: fantasia organizada

Na primeira categoria, observou-se que nos pressupostos legais e normativos, o estágio é atualmente concebido e delineado como ato educativo, sendo essa sua função primordial. Para que esse ato educativo seja completo, deve existir a figura do orientador e do supervisor mediando o estágio do discente, entendendo e exercendo suas funções de forma a garantir a qualidade durante todo o processo. Essa categoria traz ainda uma série de

² Em alusão ao livro de Celso Furtado *A Fantasia Organizada*, Ed. Paz e Terra, RJ – 1985.

³ Inspirada no livro *A Fantasia Desfeita*, de Celso Furtado, Ed. Paz e Terra, RJ – 1989.



direitos que o estagiário possui que não existiam nas leis anteriores, tornando o ambiente normativo propício para que o estágio ocorra seguindo as premissas da formação integral, potencializando uma formação cidadã, crítica e reflexiva.

Conforme Brasil (2008), estágio é o “ato educativo escolar supervisionado”, prevê mais rigor no acompanhamento dos estágios pelos estabelecimentos de ensino, prezando primordialmente pelo valor educacional do estágio. Assim, subentende-se que a aceitação de estagiários pelas empresas deveria, a princípio, romper com a lógica de exploração de mão de obra barata fortemente caracterizada como precária – sem a garantia de direitos.

Para isso, de acordo com Brasil (2008), cabe à instituição de ensino ações referentes à fiscalização e ao acompanhamento do estágio do estudante, tais como: celebrar o termo de compromisso com a parte concedente, avaliar as instalações do local onde será realizado o estágio, indicar professor para orientar o estagiário durante o processo, exigir do estudante a apresentação periódica de relatórios, entre outras.

Por outro lado, as organizações do mundo do trabalho devem: firmar as parcerias com as instituições de ensino por meio da assinatura do termo de compromisso; ofertar instalações apropriadas ao exercício do estágio, contratar seguro de acidentes pessoais em benefício do estagiário; manter toda a documentação à disposição para eventual fiscalização. Para além disso, uma obrigação se destaca: a de indicar profissional do seu quadro de pessoal para atuar como supervisor do estagiário, acompanhando e orientando o estagiário em suas atividades no local, podendo supervisionar até dez estudantes, simultaneamente (Brasil, 2008).

A Resolução CNE/CP Nº 1, de 05 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), passou a distinguir o “estágio profissional supervisionado” da “prática profissional supervisionada”, sendo esta, agora, delineada pelos pressupostos do trabalho como princípio educativo e da pesquisa como princípio pedagógico. Diferentemente do que ocorria na Resolução CEB/CNE Nº 6, de 20 de setembro de 2012, restrita aos cursos de nível médio, em que a



“prática profissional” se orientava pela pesquisa como princípio pedagógico e a “prática profissional supervisionada” referia-se à situação real de trabalho, portanto, sendo o próprio “estágio profissional supervisionado”.

Considerando especificamente a delimitação do fenômeno apresentada nesta pesquisa, um aspecto relevante no novo aparato legal da EPT é o reconhecimento da potencialidade formativa da “prática profissional supervisionada” a partir das vivências profissionais e trabalho, mesmo que não inseridas em situações reais de trabalho, o que não deve significar a incapacidade de abordar situações concretas do mundo do trabalho a partir da pesquisa, extensão, incubadoras, “empresas pedagógicas”. De modo geral, entende-se que o trabalho como princípio educativo deve orientar tanto o estágio supervisionado quanto a prática profissional supervisionada nos institutos federais, por exemplo.

Ao analisar o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI) (2014a), observa-se que o objetivo do estágio vai além da instrumentalização técnica do estudante, devendo também ir além da repetição mecânica de atividades e de modelos, buscando preparar os estudantes para a “atuação cidadã e inserção qualificada no mundo do trabalho” (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, 2014a, p. 25).

Assim, em tal documento, o IF Baiano preconiza que os planos de realização de estágio devam permitir aos estudantes “o desenvolvimento de postura investigativa intrínsecas à profissão, como ação pedagógica que promove a autonomia intelectual, compreensão e acompanhamento da dinâmica do mundo do trabalho” (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, 2014b, p. 26).

Destaca-se aqui, permeando os documentos institucionais, o estímulo ao pensamento crítico que, segundo Freire (2007), surge como elemento essencial de uma prática pedagógica libertadora capaz de tencionar a leitura de mundo e o diálogo problematizador sobre a realidade, considerando os aspectos históricos, culturais, econômicos e políticos da sociedade.

A falta desse pensamento crítico, ainda de acordo com Freire (2007), poderia “levar-nos a uma sociedade de massas em que, descriticizado, daria o



homem acomodado e domesticado” (Freire, 2007, p. 55). Assim, por meio da promoção do pensamento crítico e da reflexão, busca-se evitar “[...] uma educação moldada por uma pragmática técnica que direciona a qualificação do trabalho nos limites da coisificação e da fragmentação impostas pelo processo de trabalho capitalista” (Antunes; Pinto, 2017, p. 79).

Observa-se que, no âmbito do EMI, o processo de estágio obrigatório e suas especificidades permitem colher dados e informações necessárias para a constante atualização do eixo tecnológico do curso com as demandas da sociedade e do mundo do trabalho. Porém, deve-se considerar que a intenção é enriquecer o curso com aquilo que for observado nos estágios; e não reduzir o curso a atender ao mercado de forma limitada e instrumental, afinal “um plano de estudos estritamente profissional levaria necessariamente ao enfraquecimento da formação geral – à especialização assim conseguida ficaria faltando uma visão indispensável sobre a realidade atual [...]” (Pistrak, 2011, p. 72).

No Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio do IF Baiano⁴, o estágio consta como procedimento pedagógico que “deve ter como um de seus principais objetivos estabelecer para o aluno uma articulação entre a teoria e a prática, vivenciada em situações reais do cotidiano do trabalho” (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, 2014a, p. 162).

Observa-se então, a importância da práxis como elemento direcionador do procedimento pedagógico do estágio, enquanto união indissolúvel entre teoria e prática; por meio da prática da prática embasada em teoria, conscientemente refletida e voltada para a transformação social da realidade.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) deixa claro que o estágio obrigatório é condição para a certificação, ou seja, como o estágio consta na matriz curricular, a diplomação do estudante está condicionada, também, à realização do estágio. Para aqueles estudantes que não conseguirem de forma

⁴ O Projeto Pedagógico em questão, de 2014, regia o estágio dos alunos de 4º ano que foram sujeitos desta pesquisa. O atual PPC do Curso Técnico em Química Integrado, de 2021, traz como principais modificações a redução da carga horária mínima para conclusão do curso, que passa de 4 para 3 anos, do tempo mínimo de estágio obrigatório, de 240h para 150h; e do prazo de integralização, de 6 para 5 anos.



alguma realizar o estágio em uma empresa poderá, alternativamente, entregar um trabalho de conclusão de curso (TCC) articulado com a prática profissional para a área tecnológica de formação (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, 2014a, p. 165). Percebe-se que a estratégia de colocar o TCC como último recurso demonstra como primeira intencionalidade, tensionar para que os estudantes vivenciem os espaços reais de trabalho na área de Química.

Observa-se, portanto, que os marcos regulatórios das atividades de estágio supervisionado obrigatório são fortemente marcados pelo ideário da formação integral, estruturando o estágio enquanto ato educativo baseado no trabalho como princípio educativo. Tais noções sobre objetivos e finalidades do estágio são transmitidas aos estudantes por professores e servidores do Núcleo de Relações Institucionais (NURI) ao longo do curso e, juntamente com as ideias pré-concebidas a respeito do estágio obtidas por meio do senso comum, formam o imaginário do estudante a respeito de como seria o processo de estágio. Porém, o real concreto do estágio tem se apresentado de forma diferente do esperado e as contradições inerentes ao processo de estágio supervisionado obrigatório se evidenciam no cotidiano, como demonstra a categoria a seguir.

Estágio: fantasia desfeita

A dificuldade dos alunos em conseguir estágio, mesmo sendo este não remunerado – citada por quase todos os entrevistados –, reflete a dificuldade atual do trabalhador em conseguir emprego. A redução de postos de trabalho gerada pelo aumento do uso das tecnologias e pela necessidade de trabalhadores cada vez mais atualizados de acordo com as demandas do sistema de produção vigente é uma realidade da sociedade em que vivemos. A redução na oferta de vagas de estágio foi intensificada como consequência da pandemia, tendo em vista a redução do número de funcionários nas empresas, incentivo ao *home-office* e distanciamento social; mas percebeu-se, na fala dos entrevistados, que tal dificuldade na consecução de vagas de estágio já era observada mesmo antes disso.



Tem-se observado, na realidade local estudada, que as empresas privadas relutam em permitir estagiários em seu quadro de pessoal, pois sabem que o treinamento consome tempo e recursos e, dependendo dos processos de trabalho realizados no interior da empresa, tal ação pode vir a aumentar seus gastos ou reduzir sua lucratividade. Mesmo para um estágio obrigatório, em que não se faz necessário, de acordo com Brasil (2008), o pagamento de uma bolsa, as organizações preferem não assumir essa demanda/compromisso.

As empresas ou organizações são vistas como espaços de eficiência e lucratividade e ficou explicitada nas falas dos entrevistados a dificuldade, em alguma medida, dessas instituições assumirem o “ônus” de serem também espaço pedagógico de vivência real de situações de trabalho no estágio enquanto ato educativo. O que causa um paradoxo, pois o mercado de trabalho exige experiência daqueles que buscam uma vaga de emprego, porém demonstra resistência em se apresentar como espaço onde os sujeitos possam adquirir essa experiência.

Especialmente em se tratando do setor privado, onde a premissa é o lucro e a produtividade, é essencial que a participação no processo de estágio ofereça vantagens comparativas claras para as empresas.

As entrevistas demonstram que dificilmente há uma “escolha” do local de estágio: o aluno (filho da classe trabalhadora) normalmente aproveita a primeira oportunidade que aparece, devido à necessidade urgente de concluir o curso e adentrar no mundo do trabalho; já que, de acordo com Ramos (2008), o direito ao trabalho, na sua perspectiva econômica, configura a profissionalização desses jovens como uma necessidade.

Portanto, muitos estudantes acabam por estagiar em áreas diferentes das que gostariam, em virtude da urgência em concluir o curso e adquirir seu diploma visando à sua entrada no mundo do trabalho e/ou a continuação dos seus estudos.

A entrevista demonstrou ainda que, a despeito das aulas práticas realizadas na instituição de ensino, é no estágio que o estudante sente que vai colocar em prática tudo o que aprendeu. Assim, o estudante espera que o



estágio permita implementar grande parte do conhecimento teórico adquirido no curso, se não todo. No entanto, na maioria das vezes, isso é impossível devido a várias limitações. Essas restrições incluem o campo de atuação específico de cada empresa/organização, as necessidades de cada uma, a área de atuação do estagiário dentro da empresa/organização, e o tempo disponível para o estágio, entre outros fatores.

Observou-se, na fala de alguns estudantes, a importância dada à prática, muitas vezes em detrimento da teoria, o que Souza (2018) denomina de “fetiche da prática”:

Temos, portanto, duas concepções básicas de estágio supervisionado em disputa. Uma delas parte da premissa de que teoria e prática são indissociáveis e que tanto o ambiente escolar quanto o ambiente produtivo exalam aspectos teóricos e práticos. (...) Já a outra concepção de estágio supervisionado parte da compreensão de que há um momento da teoria e outro da prática que ocorrem distintamente, inclusive em ambientes diferentes. Nessa concepção, normalmente, é a prática que realmente importa, pois parte-se do pressuposto de que a reflexão teórica é um estágio que antecede a prática (...) Neste contexto, a prática assume status quase sobrenatural, concebida como fundamento e sentido de todo o conhecimento. A isto, denominamos de fetiche da prática (Souza, 2018, p.128-129).

O embate entre uma educação nos moldes capitalistas e uma educação emancipada e libertadora se traduz, no estágio, por meio dessa disputa de concepções. O fetiche da prática, portanto, diz respeito à visão de que o verdadeiro sentido da atividade laboral se traduz na prática, de modo que ela por si só valida a formação (Souza, 2018). Segundo Silva (2019), essa concepção corrobora com a exploração da força de trabalho do estagiário durante o desenvolvimento do estágio supervisionado, pois o reduz ao simples exercício laboral, descolado da reflexão. Por isso, torna-se necessária enfatizar a relação teoria-prática ao longo de todo o processo de estágio.

Entretanto, verifica-se nas respostas da maior parte dos estudantes entrevistados a prática e o pragmatismo se sobrepondo à teoria, e não a compreensão da sua interrelação por meio da práxis profissional, elemento estruturante do EMI.



Sete dos dez estudantes entrevistados citaram atividades repetitivas como a maior fragilidade no estágio desenvolvido, refletindo a necessidade de conciliar o foco na aprendizagem (aluno) com o foco na produtividade ou no cumprimento de tarefas (empresa).

Sabe-se que o capital, mediante a Administração Científica de Taylor, posteriormente aprimorada por Ford, centralizou seu foco na apropriação do conhecimento dos trabalhadores, dividindo-o em tarefas cada vez mais simples como estratégia para maximizar seus resultados.

Para o capital, tratava-se de apropriar-se do *savoir-faire* [saber-fazer] do trabalho, “suprimindo” a dimensão intelectual do trabalho operário, que era transferida para as esferas da gerência científica. A atividade de trabalho reduzia-se a uma ação mecânica e repetitiva (Antunes, 2007, p. 39).

Para Antunes e Pinto (2017, p. 46), as propostas de Taylor e Ford definiram “[...] um projeto de usurpação, pela gerência capitalista, do conhecimento do trabalho desenvolvido social e historicamente pela classe trabalhadora [...], [reformulando o saber-fazer] em moldes artificiais, sob critérios de eficiência exclusivamente capitalistas [...]”, para depois impô-las sob forma de tarefas simples aos trabalhadores, tão subdivididas quanto possível, para que não fosse necessária nenhuma reflexão para realizá-las, tornando o trabalhador um “apêndice da máquina” (Marx, 2006).

O sistema *taylorista-fordista* pode ter sido superado como método de organização do trabalho e produção pelo *toyotismo* e, mais atualmente, pela Indústria 4.0. No entanto as atividades repetitivas são uma constante na vida laboral de muitos trabalhadores ainda hoje, o que acaba por se refletir no estágio. Esse fenômeno pode tornar tal processo em mera repetição de ações mecânicas e desprovidas de reflexão, configurando-se a prática pela prática (Souza, 2018).

De acordo com as respostas obtidas nas entrevistas, pode-se afirmar que a grande esperança do estagiário é de que o estágio se converta em uma vaga de emprego, o que na grande maioria das vezes não acontece. Mesmo assim, o estágio atua como um incremento no currículo que auxilia na disputa de vagas no mundo do trabalho – visto que a experiência prática é uma das



exigências mais comuns para contratações – o que é, de fato, importante para o jovem oriundo da classe trabalhadora (Souza, 2018).

Antunes (1995) afirma que, sob a égide do capitalismo, apesar de sempre ter havido trabalho precário, pode-se falar numa metamorfose da condição de precariedade do trabalhador, em que este, além de se tornar “empresa de si”, também é responsabilizado por seu sucesso ou fracasso. Em outros termos, isso seria resultado do próprio conteúdo primordial do neoliberalismo enquanto racionalidade política direcionadora da vida social (Dardot; Laval, 2016).

Entre os entrevistados, havia um aluno que concluiu seu estágio obrigatório e poderia dar continuidade ao processo de conclusão de estágio (escrita e apresentação do relatório e da documentação); porém, já que o PPC Técnico em Química Integrado permite que ele tenha um prazo máximo de seis anos⁵ para sua conclusão, ele preferiu continuar estagiando, agora como um estágio não obrigatório, deixando para concluir os trâmites do estágio obrigatório próximo ao período de conclusão do curso. Muitos fatores podem influenciar nessa decisão, tais como necessidade de o aluno conseguir alguma remuneração e o receio de não conseguir colocação no mercado de trabalho após o encerramento do curso. A realidade do desemprego estrutural, fomentado pelo capitalismo neoliberal, faz com que muitas vezes os alunos prefiram aproveitar a oportunidade imediata. Com isso, o aluno deixa de receber um salário como profissional formado para receber uma bolsa como estagiário. Dessa forma, a empresa diminui encargos sociais e, utilizando-se do estagiário para ocupar um posto de trabalho, busca aumentar seus lucros.

Outros alunos relataram dificuldades na relação interpessoal com seu supervisor como mais uma fragilidade do seu processo de estágio. Para o estagiário, tanto o orientador quanto o supervisor são importantes enquanto elementos mediadores no processo de obtenção de conhecimento.

Devido à importância desses dois agentes, professor e supervisor, no processo de apreensão de conhecimentos relacionados ao estágio, quando existe fragilidade na função exercida por algum deles, a aprendizagem tende a

⁵ Modificado para cinco anos no Projeto Político Pedagógico atual.



ficar comprometida. Infelizmente, esse não é um problema incomum, tanto que durante a entrevista alguns estudantes relataram ausência ou insuficiência de supervisão efetiva como ponto negativo em seu estágio.

Portanto, observa-se aqui que muitas das expectativas que os documentos sinalizam e que os estudantes possuem, quando comparadas com a realidade, mostram-se bem diferentes. Existem fragilidades e dificuldades no processo de estágio que influenciam e são influenciadas pelos processos de precarização do trabalho e do trabalhador. O foco nas exigências do mercado de trabalho, a prática subjugando a teoria, a realização de atividades repetitivas – limitando a obtenção de novos conhecimentos –, a predominância da ideologia neoliberal, não fazem parte do ideário de uma educação integral voltada à emancipação do trabalhador; mesmo assim, estão presentes no processo de estágio de jovens do ensino médio integrado, visto que vivemos e nos movemos sob a égide do capitalismo.

Assim sendo, a concepção de estágio como ato educativo presente nos documentos norteadores, por vezes, se apresenta como fantasia diante das muitas contradições e limitações da vida real. O ato educativo real vai se dar enquanto estratégias criadas pelos sujeitos, em suas relações. Os estudantes e professores criam alternativas para que esse ato educativo se realize, ainda que, frequentemente, de forma precária.

Possibilidades construídas no âmbito do estágio supervisionado obrigatório

Diante do real concreto do estágio obrigatório para estudantes de nível médio integrado à EPT, percebem-se tensões entre o projetado e o realizável; e sobressai a capacidade inventiva que os sujeitos possuem para compreender as contradições, reconhecer as limitações e driblar os desafios, como, por exemplo, no momento da obtenção do estágio.

Observou-se, que na busca por uma vaga de estágio, devido às dificuldades encontradas, além de distribuir currículos e participar de seleções, os estudantes muitas vezes se utilizam de suas redes de relacionamentos (parentes, amigos, professores) para conseguir uma oportunidade.



Além das alternativas encontradas individualmente pelos alunos para consecução de uma vaga de estágio, o NURI – setor responsável pelos estágios dos discentes – também divulga as vagas captadas na região e o próprio IF Baiano frequentemente divulga editais para seleção de estagiários internos. A formalização de estágios, a partir de projetos de extensão, foi de grande auxílio no auge da pandemia, quando as empresas reduziram suas vagas.

Nesse sentido, segundo Pistrak (2011, p. 30):

O trabalho na escola, enquanto base da educação, deve estar ligado ao trabalho social, à produção real, a uma atividade concreta socialmente útil, sem o que perderia seu valor essencial, seu aspecto social, reduzindo-se, de um lado, à aquisição de algumas normas técnicas, e, de outro, a procedimentos metodológicos capazes de ilustrar este ou aquele detalhe de um curso sistemático. Assim, o trabalho se tornaria anêmico, perderia sua base ideológica.

Então, esse estagiário – enquanto profissional em formação – aparece como elemento integrante e integrador no relacionamento entre escola e sociedade por meio do mundo do trabalho, sendo capaz de transmutar interesses individuais em coletivos, realizando um importante trabalho para o momento de emergência de saúde pública (a pandemia da covid-19).

As reflexões de Pistrak (2011) sobre o papel da escola são inspiradas e inspiradoras de práticas sociais que perfazem esse movimento escola-comunidade. As ideias centrais de sua obra nos ajudam a refletir a esse respeito. Para este autor, a escola deve deixar de ser um espaço das elites para ser o lugar de formação do povo, ou seja, da classe trabalhadora. Logo, o trabalho aparece como eixo central desta proposta pedagógica. Assim, prevaleceria a visão da escola apenas enquanto lugar de ensino, de repasse de conteúdo. A Escola do Trabalho de Pistrak, portanto, deve preparar o jovem para a vida, interligando os diversos aspectos da vida de forma dinâmica; onde trabalho, estudo, atividades culturais e políticas fazem parte do programa de formação, sendo este programa ajustado às necessidades dos educandos e aos processos sociais em cada momento.



Durante a entrevista com o Estudante 7, percebeu-se a potência da formalização de estágios a partir de projetos de extensão e de pesquisas científicas no âmbito da própria instituição de ensino. Uma vez que o contato com o mundo de trabalho não se dá apenas pelo estágio numa empresa, tampouco a vivência em situação real de trabalho mobilizadora dos conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos. O que não deve ser entendido como negação do mercado de trabalho, mas sim a apreensão dos sentidos e possibilidades inerentes ao mundo do trabalho.

Dessa forma, o estágio teria também significado enquanto trabalho socialmente útil – em outras palavras, estimularia o estudante a pensar também nas questões importantes para a sociedade, potencializando suas habilidades técnicas e profissionais a partir da pesquisa e extensão na relação com o mundo do trabalho e a dinâmica social.

Se a formação não é apenas para o mercado, o estágio também não deve se constituir como algo específico para o mercado. Se o estágio também se configura como uma experiência/vivência no e para o mundo do trabalho, esse trabalho social também tem a sua importância e seu lugar. E isso não pode ser relegado a algo menor nos cursos de formação profissional dentro de uma proposta de ensino integrado.

Pensando nessa formação do trabalhador comprometido com o social, é extremamente importante potencializar as diversas vivências de estágio. Isso não vai fazer com que os alunos estejam distantes da sua área de formação, pelo contrário: é aproximar a área de formação a demandas que são reais e concretas, presentes na sociedade. Cabe refletir como essa área de formação dos discentes pode pensar essas dimensões da vida concreta. “A partir daí, o trabalho se encontra no centro da questão, introduzindo-se na escola como elemento de importância social e sociopedagógica destinado a unificar em torno de si todo o processo de educação e de formação” (Pistrak, 2011, p. 35).

Assim sendo, os estudantes têm a oportunidade de ver a importância do trabalho social a partir daquilo que o curso potencializa. O empresarial passa a não ser mais o único lugar de destino dos estudantes no momento do estágio, até porque não há emprego para todos nesse mercado de trabalho precarizado



e neoliberal. Logo, a formação não pode ser unilateral, inclusive no momento do estágio. Ou então a formação se torna contraditória: integral ao longo do EMI e unilateral no momento do estágio.

A vivência do estágio obrigatório, a partir de projetos científicos e/ou de extensão, ajudaria também no problema de falta de vagas de estágio nas empresas da região.

No tocante às fragilidades, os estudantes ressaltaram a importância de incentivar e proporcionar a autonomia nos processos de ensino-aprendizagem no estágio.

Na concepção de educação integral, entende-se que para que sejam desenvolvidas todas as potencialidades e dimensões dos sujeitos, é preciso garantir sua independência e centralidade no processo de ensino-aprendizagem. Assim, dentro dessa concepção, a autonomia do estudante pode ser compreendida não só no sentido de liberdade para agir diante das situações e vivências concretas, mas também no sentido de ter liberdade intelectual que o capacite a elaborar reflexões críticas, possibilitando novas conexões de conteúdo diante da realidade apresentada (Freire, 2016).

Para uma educação verdadeiramente emancipada, é importante que o estágio se apresente como uma experiência que enfoque o exercício da autonomia, responsabilidade e comprometimento dos alunos. Desse modo, ele se configura em espaço de autodeterminação onde o aluno, auxiliado pela intermediação do supervisor de estágio e do professor orientador, alcança um amadurecimento acadêmico-profissional no mundo do trabalho.

Foi observado, ainda, a alta rotatividade de estagiários em determinada função em uma organização, quando percebemos em sua fala que o estagiário mais antigo treina o recém-chegado, e o novo estagiário deve aprender tudo para treinar o próximo, perpetuando o ciclo. Ou seja, esse posto de trabalho que poderia estar ocupado por um trabalhador efetivo está constantemente ocupado por um estagiário. Aqui, mais um problema fica evidente: como o estágio é utilizado dentro dessa lógica do capital para reduzir postos de trabalho efetivo, contribuindo com a precarização do trabalho em geral. Esse



fato também revela que o estagiário mais antigo assume o papel que deveria ser exercido pelo supervisor.

Nesse caso, entende-se que o ato educativo se realiza de forma precária, porque não há efetivamente a participação do supervisor. Há transferência de conhecimento, contudo, essa transferência não se dá entre supervisor e estagiário, mas entre estagiários que se apropriaram daquele conhecimento, daquele saber-fazer, e repassam para os outros estudantes que vão chegando.

Um ponto a ser destacado é a unanimidade das falas dos estagiários no que diz respeito à qualidade da orientação ofertada pelos professores orientadores. Diferentemente das queixas com a supervisão no local de trabalho, observou-se que todos os estagiários estavam satisfeitos com a qualidade da orientação recebida. Inclusive, muitas vezes, o orientador atuou no sentido de complementar a mediação de conhecimento no espaço de trabalho, suprimindo falhas na supervisão de estágio. O corpo docente do IF Baiano, campus Catu, é identificado pelos entrevistados como um ponto forte, uma potencialidade, não só para o momento do estágio, mas ao longo de todo o ensino médio.

O olhar desses discentes sobre o trabalho desenvolvido em seus estágios, no âmbito individual e de seu impacto na sociedade, coaduna com o pensamento de Freire (2007) e Pistrak (2011), de que a formação técnico-científica não deve ser antagônica à formação humana, desde que ciência e tecnologia estejam a serviço da ética da vida, de sua humanização. Para Freire (2007), tal formação deveria ser cidadã, crítica e voltada para a responsabilidade social, econômica e política.

A proposta do ensino médio integrado à educação profissional, ao situar o estágio como momento formativo, acaba por evidenciar as possibilidades de articulação e as conflitualidades nas relações entre teoria e prática; entre discente, escola e setor produtivo; entre trabalho e educação.



Considerações finais

Visando responder à questão “até que ponto o estágio tem cumprido seu papel enquanto ato educativo, contribuindo com a formação humana e a práxis profissional do estudante do ensino médio integrado, visto que tal prática pode também apresentar elementos de trabalho precário?”, a pesquisa demonstrou que viver potencialmente o ato educativo do estágio depende da condição situacional, e não sendo simplesmente garantido por estar posto em lei. Os instrumentos que os marcos legais trazem não são suficientes para garantir a operacionalização do estágio enquanto ato educativo. Portanto, o estágio tem se apresentado enquanto ato educativo na medida em que as limitações impostas pela lógica do capital e pela política neoliberal assim o permitem, sendo também frequentemente atravessado pela precarização; o que, em última instância, culmina na precarização do próprio estágio e contribui para a precarização do trabalho em geral.

Apesar dos avanços trazidos pela Lei 11.788/2008, ela é, sobremaneira, genérica, provavelmente de maneira intencional, não tratando o estágio como uma atividade orientada à práxis e reflexão crítica, perdendo a oportunidade de trazer significativas mudanças que seriam importantes para a valorização de uma educação integral e emancipadora. Isso ocorre devido à referida Lei, bem como grande parte das políticas de Estado em relação à Educação, estar mediata ou imediatamente atravessada pelo viés mercadológico da economia neoliberal de capitalismo periférico em que vivemos.

A Lei exige apenas, de forma burocrática e impessoal, documentos e relatórios que comprovem a realização do estágio na área de estudo, com supervisão e orientação adequadas, deixando, portanto, a cargo da instituição de ensino que direcione as atividades pedagógicas do estágio de acordo com sua concepção de ensino vigente.

Assim, ao buscar estabelecer nexos entre o estágio supervisionado obrigatório e a formação profissional e humana, podemos afirmar que esse componente curricular ora atende expectativas domesticadoras da formação subjugada ao capital, para o trabalho utilitarista e pragmático, ora envolve o profissional em formação com o trabalho em seu sentido ontológico – por meio



do exercício de sua criatividade, liberdade e autonomia, transformando o mundo ao seu redor enquanto se transforma no processo. Assim, é importante, especialmente numa instituição que promove o ensino médio integrado, que a organização pedagógica dos processos de obtenção, acompanhamento e validação do estágio obrigatório propiciem ao aluno, além da integração entre teoria e prática, uma reflexão crítica acerca da realidade do trabalho e da sociedade. Isso faz com que o estágio não seja só um instrumento de educação unilateral voltado para a inclusão no mercado, mas uma ferramenta voltada para a educação integral do estudante, desenvolvendo, bem como suas habilidades profissionais, sua consciência crítica e formação humana.

Uma possibilidade que demonstrou bons resultados e potencial para ser mais bem explorada pela instituição de ensino é a formalização de estágios internos a partir de projetos científicos e/ou de extensão. Tal processo ajudou a ampliar o horizonte de compreensão do que é o estágio, enxergando além do mercado, sem, com isso, negar o mercado e auxiliando no problema de obtenção de vagas mencionado pelos sujeitos da pesquisa.

Analisando as falas dos discentes, fica clara a importância do supervisor no estímulo da relação entre teoria e prática durante o estágio, e como a falta de supervisão no ambiente de estágio, ou a supervisão exercida de forma precária, debilita o ato educativo. O estágio não deve se constituir como um mero fazer repetitivo em que não haja um diálogo com o supervisor no sentido de problematizar determinadas questões no ambiente de trabalho. Ao supervisor, enquanto representante da organização concedente do estágio e mediador de conhecimentos para o discente, deveria ser dada a oportunidade de entender sua importância e necessidade diante desse contexto, de forma mais sistematizada. Surge então, como desafio para a instituição acadêmica, a concepção de ações voltadas para os supervisores de estágio, dadas as condições objetivas e subjetivas nas quais eles estão inseridos.

Sugere-se ainda que a instituição de ensino pesquisada, o IF Baiano, repense sua responsabilidade em torno do estágio, especialmente no que tange à sua consecução, ao mesmo tempo em que se entende que essa não é uma tarefa fácil.



A pesquisa identificou duas dimensões de responsabilidade da instituição de ensino, a saber: a primeira – no que se refere à garantia de oportunidades – diz respeito à dimensão do fortalecimento de vínculos com parceiros ou de estratégias que permitam a esses discentes realizarem o estágio não apenas por essa prática formal em uma empresa, mas, de forma transversal, a partir da pesquisa e da extensão em outros espaços. Propõe-se, enquanto desafio, a busca por parcerias, um olhar mais efetivo da gestão, da coordenação de estágio, dos coordenadores de curso e professores da área técnica, em busca de estabelecer parcerias com os diversos espaços de estágio, não só espaços mercadológicos.

A segunda dimensão, de responsabilidade institucional no âmbito do estágio, diz respeito à garantia de condições para os discentes estagiarem – uma vez que, como já mencionado, o estágio obrigatório desobriga o pagamento de bolsa ou qualquer tipo de auxílio pela concedente. Isso pode ser feito mediante políticas estudantis, visto que os discentes, muitas vezes, perdem oportunidades devido às limitações motivadas por questões financeiras, como dificuldades de deslocamento (transporte), alimentação, entre outras.

Para viabilizar essas garantias de condições e de oportunidades, é preciso haver instrumentos de avaliação dessas condições em que o estágio é realizado, não apenas de avaliação do discente no estágio. Assim, sugere-se a criação de um Programa de Avaliação de Estágio, para que o discente seja ouvido por meio de algum instrumento institucional, para que ele avalie seu estágio como um todo, a infraestrutura do local, a supervisão, a orientação recebida, o conhecimento apreendido, as dificuldades vivenciadas.

No ensino médio integrado, o grande desafio do trabalho, como princípio educativo, é assumir seu caráter formativo na perspectiva de ação humanizadora, isto é, enquanto possibilidade de desenvolvimento das potencialidades humanas, em detrimento da unilateralidade, e sem perder de vista as armadilhas do discurso de flexibilidade.



Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação do mundo do trabalho. 9. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. **A fábrica da educação:** da especialização. taylorista à flexibilização toyotista. São Paulo: Cortez, 2017.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 set. 2008.

BRASIL. Resolução CNE/CEB 1/2021 -**Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica**. MEC: Brasília, DF, 2021. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 27 de maio de 2021.

BRASIL. Resolução CNE/CEB 6/2012 -**Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. MEC: Brasília, DF, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 de maio de 2021.

ClAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. **Trabalho necessário**, Niterói, v. 3, n. 3, 2005.

Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 07 jun. 2021.

COSTA, Rosemayre Alvaia Pinho. **Estágio na educação profissional técnica de nível médio: a formação no mundo do trabalho**. 2020. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 5. ed. Campinas: Ed. Autores Associados, 2018.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 53. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In*: Minayo, Maria Cecília de Souza (orga.) **Pesquisa Social: teria, método e criatividade**. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. **Projeto Político Pedagógico da Instituição**. Bom Jesus da Lapa: IF Baiano, 2014a.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. **Projeto Político Pedagógico da Instituição**. Bom Jesus da Lapa: IF Baiano, 2014b.

KUENZER, Acacia Zeneida. Trabalho e escola: a aprendizagem flexibilizada. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 13-36, 2016. Disponível em:

<https://revista.trt10.jus.br/index.php/revista10/article/view/2>. Acesso em: 11 maio 2021

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Materialismo histórico-dialético e suas relações com a pesquisa participante: contribuições para pesquisas em mestrados profissionais. **Revista Anhanguera**, Goiânia, v. 18, n. 1, p. 52-73, 2018. Disponível em:

<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/download/1405/1362>.

Acesso em: 28 maio 2021.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PACHECO, Eliezer (org.). **Perspectivas da educação profissional e tecnológica de nível médio**: proposta de diretrizes curriculares. Editora moderna. São Paulo: 2012.

PISTRAK, Moisey Mikhailovich. **Fundamentos da escola do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

RAMOS, Marise. **Concepção do ensino médio integrado**. 2008. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integra_do5.pdf. Acesso: 01 jun. 2021.

RAMOS, Marise. Práxis e Pragmatismo: Referências Contrapostas dos Saberes Profissionais. *In: Seminário de Pesquisa: a crise da sociabilidade do capital e a produção do conhecimento*, Rio de Janeiro, 3 e 4 de dezembro de 2009. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UFF, UERJ e EPJJV, 2013. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/26568/LIVROS%20EPSJV%20001202.pdf;jsessionid=18C6031C1D49D1EA383D034F8B3A3280?sequence=2>

RAMOS, Marise. **Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil: um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ 2010. 290 p. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l148.pdf>



SANTOS, Vivian Souza dos. **Concepções e práticas de estágio curricular na Escola Técnica Estadual Juscelino Kubitschek: ato educativo ou trabalho precário?** Nova Iguaçu (RJ): 2013. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Rilda Simone Maia da. **Estágio curricular e sua contribuição na construção da identidade profissional dos estudantes da Educação Técnica de Nível Médio.** 2019. 161 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus Manaus Centro, Manaus, 2019.

SOUZA, José dos Santos. Mediação entre a escola e o mundo do trabalho na formação de técnicos de nível médio. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 123-140, 2018, Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00095>. Acesso em 06 abr. 2022.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Biotempo, 2016.

Sobre os autores

Lerise Santos Zóffoli

lerise.zoffoli@ifbaiano.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-7743-4523>

Graduação em Administração pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2006). Pós-graduação em Gestão de Pessoas com ênfase em Consultoria, pela Faculdade Santíssimo Sacramento (2010). Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT - IFBAIANO. (2022). Atualmente exerce suas atividades como Assistente em Administração no IF Baiano - Campus Alagoinhas.

Heron Ferreira Souza

heron.souza@ifaiano.edu.br; heronifbaiano@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0927-3112>

Doutorado em Educação (Políticas, Administração e Sistemas Educacionais) pela Unicamp (2015). Mestrado em Educação e Contemporaneidade pela UNEB (2009). Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia (2006). Professor efetivo do Instituto Federal Baiano, campus Serrinha. Coordenador do Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial - LaPPRuDes. Professor no Programa de Mestrado em Rede em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT. Interessa-se em estudos sobre Políticas Públicas, Desenvolvimento Territorial, Sociologia do Trabalho e do Desenvolvimento, Educação Profissional (do Campo), Ensino Agrícola, Economia Solidária, Educação em Agroecologia e pensamento de Paulo Freire.

